

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.765.010 - PR (2020/0248373-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : APARECIDA LOURENÇA RODRIGUES
AGRAVANTE : ECD COMERCIO E MANUT DE PROD DE TELEINFORMATICA LTDA
AGRAVANTE : VALDIVINO RODRIGUES FILHO
ADVOGADOS : ANDRÉ EDUARDO BRAVO - PR061516
ALAIN VILLENEUVE MEDINA DE OLIVEIRA - PR063036
ADREÍSA CAROLINA ROWE COSTA - PR092270
AGRAVADO : COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO NORTE DO PARANA - SICOOB NORTE DO PARANA
ADVOGADO : ALEXANDRE PINTO GUEDES DUTRA - PR053011

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ECD COMERCIO E MANUT DE PROD DE TELEINFORMATICA LTDA e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

AGRAVO INTERNO DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO FLUÊNCIA DO PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO RECURSO INTEMPESTIVO AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, a parte recorrente alega violação do art. 1.003, § 5º, do CPC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O termo final para a interposição do Agravo de Instrumento era a data de 09 de Agosto de 2019, que foi justamente a data na qual houve a sua interposição.

Não há de se cogitar, portanto, eventual intempestividade na interposição do recurso.

E muito menos de se falar que a decisão agravada seria a decisão que fixou o onus de custeio da perícia. Isto, porque no recurso interposto, os Recorrentes manifestamente insurgem-se contra exatamente a decisão que homologou os honorários periciais ante uma suposta "inércia" dos Recorrentes que em verdade não existiu!

Ou seja, o n. Relator concluiu ~~sem~~ qualquer cabimento que

a decisão atacada seria decisão diversa da que recorrida, em uma manifesta interpretação extensiva, e data venia, completamente equivocada (fls. 245).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, aponta como paradigma o seguinte julgado: agravo nº 2043942-24.2018.8.26.0000 do TJSP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Desta forma, a presente decisão do magistrado não se manifestou expressamente sobre a forma de custeio da perícia, objeto do agravo de instrumento, o que, aliás nem é possível inferir da mera leitura da decisão agravada, sendo necessário verificar a decisão de mov. 268.1 para compreender os argumentos dos agravantes. Portanto, o fato de a parte discutir a suspensão do feito em momento anterior não interrompeu seu prazo para discutir a sucumbência dos honorários periciais, não havendo razão aos agravantes no tocante à necessidade de discutir primeiro a suspensão e depois o custeio da perícia, isso porque a ordem de discussão é regida pelas decisões do magistrado, correndo os prazos de forma concomitante, caso a decisão possua diversos tópicos (fls. 224).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Em relação à segunda controvérsia, incide o óbice da Súmula n.

284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Vejam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ademais, não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico, que exige a transcrição de trechos dos julgados confrontados, bem como a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência, com a indicação da existência de similitude fática e identidade jurídica entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse diapasão: “O dissídio jurisprudencial não foi comprovado, pois a parte agravante não efetuou o devido cotejo analítico entre as hipóteses apresentadas como divergentes, com transcrição dos trechos dos acórdãos confrontados, bem como menção das circunstâncias que os identifiquem ou assemelhem, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/1973 (ou 1.029, § 1º, do CPC/2015) e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ”. (AgInt no REsp n. 1.840.089/CE, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/6/2020.)

Observem-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EDcl no REsp n. 1.849.315/SP, relator Ministro Marcos Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1º/8/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.617.771/RS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 13/8/2020; AgRg no AREsp n. 1.422.348/RS, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.456.746/SP, relator Ministro Francisco

Superior Tribunal de Justiça

Falcão, Segunda Turma, DJe de 3/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente